



Ex.mo Sr. Presidente

da Comissão de Orçamento e Finanças

Deputado Filipe Neto Brandão

Assunto: Audição urgente ao Presidente do Conselho de Administração Executiva do Novo Banco e ao Governador do Banco de Portugal sobre o pagamento de bónus aos membros do Conselho Executivo do Novo Banco

A comunicação social divulgou recentemente a informação de que o Novo Banco decidiu atribuir aos membros do seu Conselho Executivo 1 997 milhões de euros de remuneração variável total relativa ao ano de 2019, que, em virtude do plano de reestruturação, só serão pagos em 2022.

Para o PAN, esta decisão é particularmente preocupante não só porque em 2019, o ano relativo ao qual se referem os bónus, o Novo Banco registou prejuízos de cerca de 1.059 milhões de euros, mas também porque as transferências de dinheiros públicos para o Novo Banco têm tido um forte impacto na sustentabilidade financeira do nosso país.

Tal impacto é bem patente na análise do Conselho de Finanças Públicas que afirma que, no ano de 2019, se não fossem os 1.149 milhões de euros injectados no Novo Banco, via Fundo de Resolução, Portugal teria tido um excedente de 0,8% do PIB.

Esta decisão do Novo Banco é censurável, tendo em conta que, devido à crise sanitária, social e económica provocada pelo novo coronavírus, o nosso país está a enfrentar grandes dificuldades, que vão exigir uma enorme despesa pública e grandes sacrifícios às famílias e às empresas. Para fazer face a essas dificuldades os 850 milhões de euros previstos no Orçamento do Estado para 2020 e transferidos, na semana passada, de forma apressada e



sem qualquer auditoria independente, vão fazer muita falta, pelo que se exigia que o Novo Banco tivesse uma conduta mais responsável neste contexto.

Tendo em conta a gravidade desta decisão, é urgente que o Presidente do Conselho de Administração Executiva do Novo Banco explique à Comissão de Orçamento e Finanças os fundamentos desta decisão e que o Governador do Banco de Portugal, como responsável pela entidade competente pela supervisão bancária, tome posição sobre esta decisão e informe a Comissão de Orçamento e Finanças sobre se pretende tomar medidas para travar esta decisão e evitar que decisões similares se repitam enquanto o Novo Banco continuar a beneficiar de injeções de dinheiros públicos.

Face ao exposto, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PAN vem por este meio solicitar a Vossa Ex.^a o agendamento de audições, com carácter de urgência, a realizar em Comissão, ao Senhor Presidente do Conselho de Administração Executiva do Novo Banco e ao Senhor Governador do Banco de Portugal para que sejam prestados esclarecimentos sobre o pagamento de bónus, referentes ao ano de 2019, aos membros do seu Conselho Executivo do Novo Banco, previsto no relatório e contas de 2019.

Palácio de São Bento, 12 de Maio de 2020.

O Grupo Parlamentar do PAN